

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 4.334, DE 2016

Obriga os fornecedores de mapas para dispositivos de sistemas de posicionamento global (GPS) a oferecerem o recurso de alerta ao usuário em caso de aproximação de áreas com elevado índice de criminalidade ou consideradas de alto risco.

Autor: Deputada LAURA CARNEIRO

Relator: Deputado VITOR VALIM

I - RELATÓRIO

Tramita nesta Comissão, em regime de apreciação conclusiva, o Projeto de Lei nº 4.334, de 2016, da lavra da Deputada Laura Carneiro, que obriga os fornecedores de mapas para dispositivos de sistemas de posicionamento global (GPS) a oferecerem o recurso de alerta ao usuário, em caso de aproximação de áreas com elevado índice de criminalidade ou consideradas de alto risco.

O art. 2º da proposição determina aos fornecedores de mapas para dispositivos de sistemas de posicionamento global (GPS) comercializados no Brasil a obrigação de oferecer recurso de alerta ao usuário caso se aproxime de áreas de risco ou com índices de criminalidade elevados. Os desenvolvedores de mapas deverão obter as informações gratuitamente junto ao Poder Público, que manterá bancos de dados atualizados periodicamente, na forma da regulamentação.

A proposição impõe multa de R\$ 50.000,00 aos fornecedores de mapas para GPS pelo descumprimento da obrigação, determinando a multa dobrada no caso de reincidência.

A proposição foi distribuída às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJ, e está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A presente proposta legislativa tem o objetivo de buscar solução para o perigo a que estão sujeitos usuários de mapas para dispositivos de sistemas de posicionamento global (GPS) de serem guiados, sem prévio conhecimento, a regiões de alto risco, ou de criminalidade elevada.

O uso de mapas para dispositivos de sistemas de posicionamento global (GPS) tem-se tornado cada vez mais disseminado, servindo a múltiplas funções. A tecnologia permite usufruto e a praticidade dos mais diversos aplicativos que utilizam o GPS, como os de trânsito, de serviços de entrega a domicílio, de transporte de passageiros, como o Uber, e muitos outros. Os recursos do GPS são benéficos para a nova economia e criam um ambiente propício ao surgimento de novos negócios, mercados e oportunidades de emprego.

Há, contudo, o risco de que o sistema GPS conduza o usuário, inadvertidamente, a áreas de risco, ou com altos índices de criminalidade, aonde o usuário, normalmente, caso soubesse de antemão, preferiria não ir. Várias notícias dão conta de casos em que as pessoas que adentraram essas áreas de risco foram roubadas, baleadas ou mesmo assassinadas.

Em outros países, como o Uruguai ou os Estados Unidos, com índices de criminalidade bem menores que o Brasil, o uso de aplicativos que informam a existência de áreas de riscos ou de alta criminalidade, parecem, talvez, suficientes. Alguns desses aplicativos são bastante efetivos, permitindo inclusive a filtragem por tipos de crimes, como roubos, homicídios, vandalismos, tráfico de drogas, assédio e violação sexual.

No Brasil, por outro lado, principalmente devido às taxas bastante elevadas de criminalidade, a prudência ordena que se exija dos fornecedores de mapas para dispositivos de sistemas de posicionamento global (GPS) a oferta obrigatória de recurso de alerta ao usuário em caso de aproximação de áreas com elevado índice de criminalidade ou consideradas de alto risco. No Brasil, o índice de homicídios, por exemplo, é mais de 5 vezes a média mundial. Diante de um cenário de tal magnitude, é imperativo que o Poder Legislativo tome a providência de impor a obrigação de inclusão do sistema de alerta em todos os sistemas GPS.

Ademais, acerta o projeto de lei quando determina que os fornecedores de mapas deverão obter os dados mediante consulta eletrônica gratuita a bancos de dados mantidos e atualizados periodicamente pelo Poder Público. Nesse ponto, então, caberá ao Poder Público o mapeamento das áreas de risco e a disponibilização gratuita dessas informações, na forma de regulamentação. Por fim, a imposição de multa em caso de descumprimento facilita a efetiva implementação da medida objeto da presente proposta.

Diante do exposto, o projeto de lei ora em análise preenche lacuna importante na legislação, primeiro ao permitir ao usuário do GPS ter a certeza de que será alertado para a existência de áreas de alto risco ou de criminalidade elevada, e, segundo, atuando de forma preventiva ao resguardar a população contra uma maior probabilidade de sofrer atentados contra sua integridade física e a de seu patrimônio.

Pelas razões aqui expostas, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 4.334/2016.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado VITOR VALIM
Relator